

SERVIDORES DO MPSE SE MOBILIZAM E GARANTEM MAIS CONQUISTAS DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Em um marco importante na busca contínua por valorização e reconhecimento dos Trabalhadores Efetivos do Ministério Público de Sergipe (MPSE), a gestão da instituição emitiu uma resposta aos pleitos da categoria. O comunicado emitido em 6 de setembro é um reflexo da mobilização constante dos servidores e envolve quatro demandas aprovadas, três ainda em processo de análise e uma rejeitada, indicando as próximas etapas da luta da categoria no restante do ano.

Dos pleitos atendidos, destaca-se o reajuste do auxílio interiorização e a implementação do auxílio-educação infantil, ambos já divulgados pelo SINDSEMP. Além disso, o expediente especial para servidores PCDs ou com familiares nessa condição foi consolidado na Portaria nº 2.154/2023, de 21 de agosto de 2023. A atualização do sistema Redoma, permitindo a homologação automática de justificativas por perda de prazo pelo chefe imediato, também foi autorizada.

Três pleitos estão atualmente em análise. A realização de um



concurso para Técnicos e Analistas está em fase de estudos, com previsão para 2024. O pagamento de indenizações de licença prêmio e férias não gozadas, bem como as folgas de plantão não gozadas, também está em fase de análise técnica e financeira. As alterações na portaria de relotações foram elaboradas pela Diretoria de Recursos Humanos e estão atualmente sob análise da Assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça.

No entanto, um pleito referente à revisão inflacionária anual dos vencimentos, correspon-

dente a 7,16% de 2021, foi negado com base na Lei Complementar nº 173/2020, que vedava aumentos de remuneração a servidores públicos durante a pandemia da Covid-19.

Esses avanços conquistados demonstram que a mobilização e a luta dos Trabalhadores Efetivos do MPSE em 2023 tiveram bastante eficácia. Porém, é necessário que a categoria permaneça unida, mobilizada e pressionando para que os pleitos em análise se tornem mais conquistas e que haja uma política real de valorização no órgão.



PROJETOS DO MPSE APROVADOS NA ALESE: AUXÍLIO-EDUCAÇÃO INFANTIL, REFORMA ADMINISTRATIVA E NOVA INDENIZAÇÃO PARA MEMBROS

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE) votou três projetos relacionados ao Ministério Público de Sergipe (MPSE) no dia 14 de setembro. O primeiro, referente ao auxílio-educação infantil, recebeu aprovação unânime dos legisladores. No entanto, o Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do MPSE (SINDSEMP-SE) observa que, embora seja um passo positivo, o valor proposto ainda carece de um aumento significativo para atender plenamente às necessidades dos servidores e suas famílias.

Os outros dois projetos, que versam sobre a criação de uma nova indenização exclusiva para membros do MPSE e a reforma administrativa, geraram preocupações entre os servidores. A nova indenização para membros, em particular, levanta preocupações devido ao potencial impacto financeiro significativo que pode ter sobre o orçamento da instituição. A previsão oficial, de acordo com a gestão do órgão, aponta para um acréscimo de mais de R\$ 9 milhões no orçamento do MPSE em 2024.

A aprovação desses projetos foi alcançada pela maioria dos legisladores na ALESE, com exceção dos votos contrários de Linda Brasil e Georgeo Passos, que defenderam a realização de concursos públicos e o respeito ao teto constitucional. O SINDSEMP-SE continuará acompanhando de perto esses desenvolvimentos e defendendo a valorização, isonomia e justiça no MPSE em nome dos servidores e da sociedade como um todo.

CONVERSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ACERVO EM FOLGA CUSTARÁ R\$ 9,3 MILHÕES ANUAIS AO MPSE

A previsão orçamentária de 2024 no Ministério Público de Sergipe gerou indignação devido à disparidade entre a indenização para membros e o auxílio-educação infantil. Cerca de R\$ 9,3 milhões serão destinados aos membros, enquanto o auxílio-educação infantil receberá apenas R\$ 435 mil. A decisão levanta preocupações sobre a valorização dos servidores e a igualdade na instituição. A retirada da reforma do auxílio-saúde, que inicialmente beneficiaria apenas membros, levanta questionamentos sobre a priorização das pautas dos servidores.

Uma preocupação adicional é o pagamento das licenças-prêmio em atraso para os servidores. O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Manoel Cabral Machado Neto, ainda deve 69 dias de licença-prêmio, enquanto a nova indenização para os membros já foi aprovada. A incerteza persiste quanto a se os servidores serão novamente preteridos no recebimento das indenizações, como ocorreu nos anos anteriores (2020, 2021 e 2022).



SINDSEMP REALIZA VISITAS ÀS PROMOTORIAS DO INTERIOR

Nosso coordenador de Formação Sindical, João Campagnaro, visitou servidores das Promotorias de Lagarto e Simão Dias, em 13/09, e em 20/09 fez o mesmo em Itabaiana, Campo do Brito e Frei Paulo. O objetivo foi conhecer as demandas e apresentar as ações do SINDSEMP em prol de toda a categoria. O "SINDSEMP Interior" descentraliza as ações do Sindicato, aproximando a entidade dos servidores e ouvindo suas necessidades em diversas regiões do Estado de Sergipe. Em breve, divulgaremos novos roteiros e datas das visitas nos canais de comunicação do Sindicato.